



FACULDADE DE
**MIGUEL
PEREIRA**

IV COLÓQUIO DE PESQUISAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CONSCIÊNCIA NEGRA

30 e 31 OUTUBRO DE 2024

ANAIS
IV COLÓQUIO DE PESQUISAS
JURÍDICAS E SOCIAIS

Organizadores
Prof. Dr. Gabriel Silva Rezende
Prof. Me. Jesimar da Cruz Alves
Prof. Me. Paulo Pereira

Editora da Universidade de Vassouras
Vassouras/RJ
2025

© 2025 Universidade de Vassouras / Faculdade de Miguel Pereira

Presidente da Fundação Educacional Severino Sombra (FUSVE)

Gustavo Oliveira do Amaral

Superintendente Acadêmico da Fundação Educacional Severino Sombra (FUSVE)

Marco Antonio Soares de Souza

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação Tecnológica da Universidade de Vassouras

Carlos Eduardo Cardoso

Editora-Chefe das Revistas Online da Universidade de Vassouras

Lígia Marcondes Rodrigues dos Santos

Editora Executiva Produções Técnicas da Universidade de Vassouras

Paloma Martins Mendonça

Diretor Geral da Faculdade de Miguel Pereira

Jesimar da Cruz Alves

Coordenador de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão da Faculdade de Miguel Pereira

Paulo Cesar Pereira

Coordenadora do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira

Lorena Braga Raposo

Supervisor de Pesquisa da Faculdade de Miguel Pereira

Gabriel Silva Rezende

Diagramação e Layout

Mariana Moss

Modo de acesso: <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/PT/article/view/5177>

En17a

Colóquio de Pesquisas Jurídicas e Sociais – COJURIS (4: 2025 : Miguel Pereira, RJ)

Anais do IV Colóquio de Pesquisas Jurídicas e Sociais / Organizado por Gabriel Silva Rezende, Jesimar da Cruz Alves, Paulo César Pereira – Miguel Pereira, RJ : Universidade de Vassouras, 2025.

35 p.: il., color.

Recurso eletrônico

ISBN: 978-65-83616-03-6

1. Direito. 2. Pesquisa jurídica. I. Rezende, Gabriel Silva. II. Alves, Jesimar da Crus Alves. III. Pereira, Paulo César. II. Universidade de Vassouras. III. Título.

Sistema Gerador de Ficha Catalográfica On-line – Universidade de Vassouras

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. O texto é de responsabilidade de seus autores. As informações nele contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras e da Faculdade de Miguel Pereira.

Anais
IV Colóquio de Pesquisas Jurídicas e Sociais (COJURIS)
Outubro de 2024

Organizadores

Prof. Dr. Gabriel Silva Rezende
Prof. Me. Jesimar da Cruz Alves
Profa. Me. Paulo Pereira

Membros do Comitê Científico e da Comissão Organizadora do Evento

Prof. Me. Jesimar da Cruz Alves
Prof. Me. Paulo Pereira
Prof. Dr. Gabriel Silva Rezende
Profa. Ma. Lorena Braga Raposo
Prof. Me. Filipe da Silva Pinheiro
Profa. Ma. Ana Luíza Rocha
Prof. Me. Bernardo Di Biase
Prof. Me. Caio G. Guerra

Comissão Avaliadora dos Trabalhos

Profa. Ma. Ana Luiza Rocha
Prof. Me. Cássio Galvão
Prof. Me. Filipe Pinheiro
Profa. Ma. Lorena Braga
Profa. Ma. Mônica França
Prof. Me. Gilberto Santiago
Prof. Me. Gustavo Abranches
Prof. Me. Rodrigo Benício
Prof. Me. Paulo Pereira
Prof. Me. Jesimar da Cruz Alves
Prof. Dr. Gabriel Rezende

Apresentação

Em todos os semestres, o Colóquio de Pesquisas Jurídicas e Sociais (COJURIS) da Faculdade de Miguel Pereira tem-se evidenciado como um marco importante no calendário acadêmico, marcando a culminância dos esforços dos alunos do 10º período do curso de Direito e de outros projetos de pesquisa científica desenvolvidos em nossa instituição.

Durante o evento, tivemos a oportunidade privilegiada de testemunhar a apresentação de uma variedade de pesquisas jurídicas e sociais. Cada uma delas não apenas contribuiu para o avanço do conhecimento jurídico, mas também promoveu uma valiosa troca de experiências e conhecimentos entre discentes e docentes. Este diálogo construtivo não apenas enriqueceu os participantes, mas também consolidou a nossa comunidade acadêmica como um espaço de reflexão crítica e aprendizado contínuo.

Os resumos contidos nestes anais representam um testemunho tangível desse compromisso com a excelência acadêmica. Cada trabalho reflete não apenas o esforço individual dos pesquisadores, mas também o apoio inestimável de orientadores e colaboradores que moldaram cada projeto com sua experiência e dedicação.

Além disso, esta compilação fortalece nosso entendimento coletivo dos elementos essenciais que estruturam a pesquisa científica, especialmente no campo do direito. Ao promover uma avaliação crítica desses elementos, estamos contribuindo para o desenvolvimento não apenas de novos conhecimentos, mas também para a melhoria contínua das práticas de pesquisa dentro da nossa instituição.

Portanto, é com orgulho que apresentamos esta obra como um documento vivo do compromisso da FAMIPE com a pesquisa jurídica de qualidade. Que ela inspire novas investigações, debates enriquecedores e contribuições significativas para o nosso campo de estudo e para a sociedade como um todo.

A todos os participantes do IV COJURIS, aos autores dos trabalhos aqui reunidos, aos orientadores, e à comunidade acadêmica da FAMIPE, nosso sincero agradecimento e parabéns pelo trabalho exemplar que resultou nesta publicação.

Muito obrigado a todos!

*Prof. Dr. Gabriel Rezende,
Prof. Me. Jesimar Alves e
Prof. Me. Paulo Pereira*

SÚMÁRIO

A implementação do juízo 100% digital e seus impactos no direito trabalhista: uma análise à luz da resolução nº 345/2020 do CNJ	8
A Viabilidade da Recuperação Judicial no Pós-Pandemia: uma análise da eficiência e dos desafios à luz da Lei Nº 14.112/20	9
A Atuação do Conselho Tutelar e sua Eficácia na Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente	10
Desmoralização e Descredibilização das Vítimas de Violência Doméstica: uma investigação sobre o processo de denúncia	11
Celeridade da Justiça Penal: uma análise das medidas alternativas nos Juizados Especiais Criminais.....	12
Regulação Sanitária no Brasil: uma análise da atuação da Vigilância Sanitária na pandemia da COVID-19	13
Impacto da Pandemia da COVID-19 na Aplicabilidade da Lei Maria da Penha: análise das medidas protetivas e desafios durante o isolamento social	14
Isenção de Imposto de Renda para Pessoas com Moléstias Graves no Brasil: uma análise dos critérios jurídicos e sociais	15
Reabilitação de Agressores como Medida de Urgência da Lei Maria da Penha: um estudo de caso sobre o grupo reflexivo Renascendo de Vassouras/RJ.....	16
União Estável Post Mortem: a repercussão do instituto no âmbito normativo e jurisprudencial	17
Elisão ou Evasão Fiscal: a linha tênue entre o planejamento tributário e a sonegação	18
Inseminação Artificial Homóloga Post Mortem: uma análise no âmbito do Direito Sucessório	19
Casamento Homoafetivo, Ativismo Judicial e Omissão Legislativa: uma análise da eficácia <i>erga omnes</i>	20
Análise dos Procedimentos de Legalidade e Ilegalidade no Uso do Bafômetro ..	21
Do Campo à Justiça: um estudo de caso sobre direitos previdenciários na agricultura	22
Paridade Salarial no Brasil: uma Análise de Diferenciação de Gênero no Direito do Trabalho	23
Pejotização e Terceirização dos Serviços Logísticos na Região Centro Sul Fluminense: desafios trabalhistas e previdenciários	24
Os Princípios do Direito Ambiental na Proteção dos Recursos Naturais	25

Estado de Coisas Inconstitucional: Situação do Cárcere Feminino no Estado do Rio de Janeiro.....	26
Feminicídio no Brasil: os desafios e limitações jurídicas das políticas públicas na prevenção e combate ao crime de gênero	27
Contrato de Arrendamento: abordagens contemporâneas.....	28
Violência Contra a Mulher: Uma compreensão das Medidas Protetivas da Lei Maria da Penha	29
A Indevida Limitação do Direito do Autor da Herança de Dispor de Seu Patrimônio	30
Maioridade Penal no Brasil: uma análise das propostas de redução de idade e sua efetividade	31
Desafios e Obstáculos na Efetivação da Aposentadoria Rural: uma análise no município de Paty do Alferes/RJ	32
Desjudicialização da Execução de Créditos da Fazenda Pública: Protesto de Certidão da Dívida Ativa	33
A Regulamentação do Marketing Digital na Advocacia: Aspectos Éticos do Provimento 205/2021 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.....	34

A IMPLEMENTAÇÃO DO JUÍZO 100% DIGITAL E SEUS IMPACTOS NO DIREITO TRABALHISTA: UMA ANÁLISE À LUZ DA RESOLUÇÃO Nº 345/2020 DO CNJ

Bruna da Cruz Barbosa; Cássio José Alves Garcia Galvão

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: O presente trabalho analisa a implementação do Juízo 100% Digital, instituída pela Resolução nº 345/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e seus impactos no âmbito do Direito Trabalhista brasileiro. A pesquisa examina como essa medida modernizou o acesso à justiça, otimizou a tramitação processual e trouxe desafios e benefícios aos operadores do direito. Além disso, explora a adequação da medida aos princípios do processo trabalhista, como a celeridade, a ampla defesa e o contraditório, além de verificar se a adoção dessa prática digital amplia ou restringe o acesso à justiça para trabalhadores e empregados.

Palavras-chave: Juízo 100% Digital; Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Direito Trabalhista.

A VIABILIDADE DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL NO PÓS-PANDEMIA: UMA ANÁLISE DA EFICIÊNCIA E DOS DESAFIOS À LUZ DA LEI Nº 14.112/20

Cássio Santos Chicó; Rodrigo Biangolino Benício

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: A recuperação judicial sempre se mostrou necessária e importante no âmbito empresarial para enfrentar adversidades financeiras e de gestão, entretanto, com o fenômeno da pandemia da COVID-19 ela ganhou destaque pois se enfrentou uma drástica redução das atividades econômicas em diversos setores, causando dificuldades para muitos empresários honrarem com seus compromissos financeiros, levando a um aumento significativo de pedidos de recuperação judicial. Teve-se, portanto, como objetivo do presente trabalho, analisar a viabilidade da Recuperação Judicial através da Lei nº 14.112/20 no período pós-pandemia da COVID-19. Este trabalho constituiu- se em uma revisão bibliográfica, bem como também se utilizou de pesquisa documental para a realização da mesma, sendo, portanto, de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva.

Palavras-chave: Recuperação Judicial; Economia; Pandemia da COVID-19.

A ATUAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR E SUA EFICÁCIA NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Emilayne Ferreira Batista¹; Ana Morena Sayão Capute Nunes

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: Este trabalho analisa a atuação do Conselho Tutelar na proteção dos direitos da criança e do adolescente, com um enfoque especial no município de Miguel Pereira - RJ. A pesquisa inclui uma revisão teórica sobre a formação e estruturação dos Conselhos Tutelares, desde a Constituição de 1988 e a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), até as atribuições e desafios atuais enfrentados por esses órgãos. A partir da análise de dados dos atendimentos realizados nos anos de 2022, 2023 e até setembro de 2024, foram identificadas as principais limitações enfrentadas, como a falta de recursos e capacitação dos conselheiros, bem como a necessidade de uma maior articulação com a rede de serviços de proteção social. Os resultados indicam que, embora o Conselho Tutelar desempenhe um papel fundamental na defesa dos direitos infantojuvenis, sua eficácia depende de investimentos em infraestrutura e de uma atuação integrada com outras políticas públicas. O estudo também sugere a importância de capacitação contínua para os conselheiros, a fim de aprimorar a qualidade do atendimento prestado e fortalecer a proteção integral das crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Conselho Tutelar; proteção social; Miguel Pereira – RJ; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

DESMORALIZAÇÃO E DESCREDIBILIZAÇÃO DAS VÍTIMAS DE VIOLENCIA DOMÉSTICA: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O PROCESSO DE DENÚNCIA

Eulinda Alves de Moura Guedes; Ana Luiza da Rocha Lima

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: Este trabalho analisa os motivos que levam as vítimas de violência de gênero a não denunciarem seus agressores. Utilizando uma abordagem quantitativa, busca-se compreender os fatores que contribuem para esse silêncio, explorando questões como as estruturas patriarcais, que podem reduzir a autoestima e a autonomia das vítimas, e a dependência financeira, que muitas vezes impede a denúncia. A pesquisa também examina a eficácia da Lei Maria da Penha e das políticas públicas de apoio, destacando os desafios enfrentados por mulheres em situação de vulnerabilidade. O estudo propõe a importância de uma rede de apoio multidimensional e de campanhas educativas, com o objetivo de incentivar o acolhimento das vítimas e promover uma cultura de respeito e segurança.

Palavras-chave: Violência de gênero; Denúncia; Lei Maria da Penha; Políticas Públicas.

CELERIDADE DA JUSTIÇA PENAL: UMA ANÁLISE DAS MEDIDAS ALTERNATIVAS NOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS

Filipe de Melo da Costa Lebre¹; Alexandre Serpa Pinto Fairbanks

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: A presente pesquisa analisa a celeridade da justiça penal, focando nas medidas despenalizadoras nos Juizados Especiais Criminais (JECRIM). A pesquisa é fundamentada na Lei 9.099/95 e aborda a efetividade de institutos como a transação penal e a suspensão condicional do processo. Por meio de entrevistas com o juiz titular e o promotor da comarca de Vassouras-RJ, o estudo identifica a aceitação e os desafios enfrentados na implementação dessas medidas, que visam promover uma justiça mais rápida e menos punitiva. Os resultados indicam que, embora haja um reconhecimento dos benefícios das medidas despenalizadoras, a falta de infraestrutura adequada e a cultura da impunidade ainda comprometem sua efetividade. A pesquisa conclui que a promoção da conciliação e a informalidade dos juizados são fundamentais para alcançar a paz social e a reabilitação do infrator.

Palavra-chave: Celeridade; Justiça Penal; Medidas Despenalizadoras; Juizados Especiais Criminais; Lei 9.099/95.

REGULAÇÃO SANITÁRIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA NA PANDEMIA DA COVID-19

Flávia Maciel Chaves; Gabriel Silva Rezende

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: Este estudo analisa as estratégias regulatórias adotadas pela ANVISA durante a pandemia de COVID-19 no Brasil, com foco nas medidas para disponibilizar rapidamente produtos e serviços essenciais para prevenção, diagnóstico e tratamento da doença. A pesquisa investiga o conjunto de adaptações normativas e flexibilizações que permitiram à agência manter os padrões de segurança e qualidade, mesmo em um cenário de urgência sanitária. A partir de uma abordagem qualitativa e descritiva, baseada em análise bibliográfica de artigos acadêmicos, documentos legislativos, resoluções da ANVISA e demais fontes jurídicas relevantes, o trabalho examina o papel essencial da regulação sanitária no enfrentamento de crises de saúde pública. Observa-se que a atuação regulatória da ANVISA foi determinante para o acesso rápido a insumos e cuidados médicos seguros, evidenciando a importância de uma regulação adaptável e ágil em situações emergenciais.

Palavras-chave: Flexibilização Normativa; Agência Reguladora; Covid-19; Pandemia; Regulação Sanitária.

IMPACTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NA APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA: ANÁLISE DAS MEDIDAS PROTETIVAS E DESAFIOS DURANTE O ISOLAMENTO SOCIAL

Iury de Lima Goulart; Anderson Rocha Rodrigues

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: O presente artigo apresenta barreiras no acesso à justiça enfrentadas pelas mulheres em situação de violência doméstica e familiar durante a pandemia de Covid-19, bem como o impacto que este período teve diante da aplicação das medidas protetivas. Este trabalho busca analisar o impacto da pandemia de COVID-19 na aplicação da Lei Maria da Penha e nas medidas protetivas de urgência para mulheres vítimas de violência doméstica, apontando os desafios e oportunidades para melhorar a proteção dessas mulheres. O objetivo geral deste trabalho é analisar de forma abrangente o impacto da pandemia da COVID-19 na efetividade da Lei Maria da Penha e nas medidas protetivas de urgência concedidas às mulheres vítimas de violência doméstica, considerando os desafios e as oportunidades para o aprimoramento da proteção das mulheres nesse contexto. A metodologia adotada é de pesquisa qualitativa, com foco em revisão bibliográfica e análise de dados oficiais sobre violência doméstica, usando registros e relatórios regionais, nacionais e internacionais. Conclui-se que durante o período pandêmico observou-se que as dificuldades na aplicação das medidas protetivas ficaram evidentes e destacaram a vulnerabilidade das vítimas de violência doméstica e familiar.

Palavras-chave: Impacto da Pandemia; Lei Maria da Penha; Aplicabilidade; Medida Protetiva.

ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA PARA PESSOAS COM MOLÉSTIAS GRAVES NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS CRITÉRIOS JURÍDICOS E SOCIAIS

Ivana Freitas Garseis de Souza Pimenta; Gabriel Silva Rezende

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: Este estudo analisa os critérios jurídicos e sociais que regem a concessão da isenção do Imposto de Renda (IR) para pessoas com doenças graves no Brasil, com ênfase na distinção entre os rendimentos de aposentadoria e as verbas salariais. Embora a legislação brasileira assegure isenção de IR sobre proventos de aposentadoria e pensão para indivíduos acometidos por doenças graves, as verbas salariais não são contempladas por esse benefício, o que gera discussões sobre a justiça e equidade do sistema tributário. A exclusão das verbas salariais da isenção impõe um tratamento desigual, especialmente em um contexto de vulnerabilidade social e econômica, afetando trabalhadores ativos com condições de saúde debilitadas. O trabalho busca compreender as implicações dessa diferenciação tributária à luz dos princípios constitucionais da dignidade humana e da isonomia, propondo uma análise sobre a adequação do tratamento tributário às pessoas com doenças graves, seja no contexto da aposentadoria ou do trabalho ativo. A pesquisa também avalia os impactos sociais e econômicos dessa distinção, considerando a relevância das isenções fiscais no contexto da crise de saúde pública e das desigualdades socioeconômicas exacerbadas pela pandemia de COVID-19. Além de explorar o tratamento jurídico vigente, o estudo propõe a reflexão sobre possíveis ajustes legislativos para promover uma maior justiça fiscal e assegurar um tratamento mais equânime, independentemente da natureza da fonte de renda. A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e análise documental de legislação, jurisprudência e dados estatísticos, para fornecer um panorama abrangente das lacunas e desafios do sistema tributário atual.

Palavras-chave: Isenção de Imposto de Renda; Moléstias Graves; Equidade Tributária.

REABILITAÇÃO DE AGRESSORES COMO MEDIDA DE URGÊNCIA DA LEI MARIA DA PENHA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O GRUPO REFLEXIVO RENASCENDO DE VASSOURAS/RJ

Izaervelyn Moana do Nascimento Augusto; Ana Luiza da Rocha Lima

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: O presente trabalho de pesquisa tem como objetivo central analisar a efetividade dos grupos reflexivos para homens como ferramenta de prevenção e repressão à violência doméstica e familiar contra mulheres, com enfoque no Grupo Reflexivo Renascendo, em Vassouras/RJ. Considerando a persistência da violência de gênero e o impacto negativo desse fenômeno nas relações familiares e sociais, destaca-se a necessidade de programas que reeduquem agressores, promovendo transformações em suas percepções de masculinidade e controle. A pesquisa adota uma abordagem mista, com métodos qualitativos e quantitativos, incluindo análise de doutrinas, legislação (como a Lei Maria da Penha e o Código Penal), e estudo de caso do Grupo Reflexivo Renascendo em Vassouras/RJ. Diante disto, conclui-se que os grupos reflexivos representam uma estratégia promissora para reduzir a reincidência de violência doméstica contra mulheres, criando ambientes de conscientização que incentivam a igualdade de gênero e a responsabilidade, fomentando uma cultura de respeito e convivência harmoniosa em contextos afetivos.

Palavras-chaves: Violência doméstica; Reeducação dos Agressores; Grupo Reflexivo Renascendo. Vassouras/RJ

UNIÃO ESTÁVEL POST MORTEM: A REPERCUSSÃO DO INSTITUTO NO ÂMBITO NORMATIVO E JURISPRUDENCIAL

João Vítor José de Almeida; Rodrigo Alexandre Vilela Teodoro

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: A presente pesquisa tem o objetivo demonstrar que a jurisprudência brasileira tem se mostrado cada vez mais eficaz se tratando do reconhecimento da união estável “post-mortem”, baseando-se em princípios constitucionais e na necessidade de proteger os direitos dos companheiros sobreviventes. A pesquisa demonstra a evolução histórica e jurídica da união estável no Brasil, destacando sua importância como entidade familiar e os desafios enfrentados para seu reconhecimento, especialmente em casos de “post-mortem”. Dentre os pressupostos previstos no artigo 1.723 da Lei nº 10.406/2002, o requisito “*animus familiae*” tem sido o principal norteamento adotado pelos tribunais para o reconhecimento da relação. Se tratando dos desafios: as provas documentais e testemunhais são de suma importância para comprovar a vida e o esforço comum do casal; tendo em vista que os herdeiros necessários possuem amparo legal previsto, a contestação deles em face do companheiro sobrevivente constitui um obstáculo, logo, a insegurança jurídica acaba sendo outro desafio enfrentado pelo cônjuge sobrevivente. Ao assegurar os direitos do companheiro sobrevivente, como meação, usufruto, habitação, sucessão e previdência, a lei contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Palavras-chave: União Estável; *Post-Mortem*; Jurisprudência; Direitos Do Companheiro Sobrevivente; *Animus Familiae*.

ELISÃO OU EVASÃO FISCAL: A LINHA TÊNUE ENTRE O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E A SONEGAÇÃO

Julia Cristina da Silva Feijão; Ana Luiza da Rocha Lima

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: O trabalho pretende descrever elisão fiscal e diferenciá-la das práticas ilícitas de evasão fiscal, por meio da apresentação das principais práticas legais utilizadas por empresas no Brasil. A partir disso, passa-se a discutir acerca dos cuidados na promoção de estratégias eficazes de economia de recursos, tendo em vista as enormes receitas despendidas pelas empresas para sua simples existência. Por fim, busca-se advogar pela prática ética do planejamento fiscal a fim de promover desenvolvimento econômico dentro dos limites legais. Esta pesquisa tem por objetivo analisar e expor a linha tênué existente entre medidas de elisão ou de evasão fiscal, de tal forma que, a depender da apreciação e do juízo de valor que a Administração Pública ou o Poder Judiciário façam a respeito dos fatos, poderá resultar na redução ou extinção da sua incidência de tributos ou na incorrência de prática que pode vir a ser considerada ilícita, até de caráter criminal. O maior desafio está na identificação de critérios juridicamente seguros para se estabelecer o limite entre medidas de elisão ou de evasão fiscal, de tal forma a se assegurar ao Contribuinte que a Administração Pública não venha a opor qualquer objeção ao planejamento realizado. O trabalho atestou que é possível a implementação de estratégias simples, eficazes e legais, que afastam a aplicação da norma geral antielisiva (art. 116 do Código Tributário Nacional), como é o caso da reclassificação fiscal utilizada para reduzir a carga tributária de produtos comercializados por empresas como a Nestlé, o McDonalds, a Chanel e a Mattel, que alteram substancialmente a natureza de um produto com o objetivo de pagar menos tributos, todavia, dentro dos limites legais. Portanto, podemos verificar por meio de nossa análise, que a escolha correta de um planejamento tributário, pode diminuir ou até mesmo afastar completamente a tributação que uma determinada empresa suporta, relativamente ao seu portfólio de produtos.

Palavras-chaves: Elisão Fiscal; Evasão Fiscal; Planejamento Tributário; Sonegação.

INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL HOMÓLOGA POST MORTEM: UMA ANÁLISE NO ÂMBITO DO DIREITO SUCESSÓRIO

Júlia Ribeiro de Moraes Santos; Rodrigo de Freitas Ganhadeiro

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo identificar a qualificação jurídica do embrião concebido mediante a técnica da inseminação artificial homóloga post mortem, tendo em vista que há uma omissão legislativa acerca do tema. Para tanto, é necessário avaliar a filiação no sistema brasileiro, compreender a inseminação artificial homóloga *post mortem* no âmbito sucessório. Realiza-se então, uma pesquisa qualitativa, através de avaliações de posições doutrinárias e incluiu-se a perspectiva futura do Código Civil. Diante disso, verifica-se que após a morte de seu cônjuge, a mulher tem o prazo de até cinco anos para que o embrião tenha reconhecimento sucessório, não havendo limite temporal para o reconhecimento de filiação e parentesco, bem como foi identificado que para haver a implantação do material é necessário que a manifestação inequívoca do de cujus em vida por meio de escritura pública ou testamento público.

Palavras-chave: Inseminação Artificial; Qualificação Legal; Código Civil.

CASAMENTO HOMOAFETIVO, ATIVISMO JUDICIAL E OMISSÃO LEGISLATIVA: UMA ANÁLISE DA EFICÁCIA ERGA OMNES

Júlia Tavares Sequeira; Gabriel Rezende

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo analisar e compreender como o ativismo judicial influencia na busca dos direitos fundamentais e civis dos casais homoafetivos e até que ponto somente ele é capaz de garantir a eficácia erga omnes desses direitos, tendo em vista que a relevância social desse tema abrange a busca pela igualdade de direitos e inclusão social para todos os cidadãos, o reconhecimento e a validação da diversidade de estruturas familiares existentes na sociedade moderna e destaca a importância dos direitos humanos universais como: o direito à liberdade de expressão, à igualdade perante a lei e à proteção contra a discriminação. Para tanto, caracterizamos o que é o ativismo judicial, descrevemos casos de judicialização e jurisprudência relativas ao casamento homoafetivo e avaliamos os impactos do ativismo judicial nos direitos fundamentais e civis de casais homoafetivos no Brasil. Realizou-se então uma pesquisa qualitativa de cunho descritiva, através da pesquisa bibliográfica a partir de livros, artigos científicos e monografias pertinentes à temática, bem como as legislações e jurisprudência referentes ao tema. Diante disso, verifica-se que o ativismo judicial, como fenômeno jurídico, possibilitou a abertura de espaço para o reconhecimento do casamento homoafetivo no Brasil e constatamos que, apesar dos avanços, a legislação brasileira ainda apresenta lacunas e resistências, portanto, diante da insegurança jurídica que ainda permeia esses casais, leis específicas se mostram essenciais para a plena garantia dos direitos fundamentais e civis dos casais homoafetivos, para assim promover a eficácia erga omnes.

Palavras-chave: Casamento Homoafetivo; Ativismo Judicial; Omissão Legislativa; Cidadania; Direitos Fundamentais.

ANÁLISE DOS PROCEDIMENTOS DE LEGALIDADE E ILEGALIDADE NO USO DO BAFÔMETRO

Julio Cesar X. Lima; Anderson Rocha

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: Este trabalho analisa os procedimentos legais e constitucionais do uso do bafômetro no Brasil, com foco na preservação dos direitos individuais dos condutores. A pesquisa abrange a evolução da legislação brasileira, especialmente a Lei Seca (Lei nº 11.705/08), e as decisões dos tribunais superiores, como o STF e o STJ, sobre a obrigatoriedade do teste e as penalidades decorrentes de sua recusa. A discussão inclui a proporcionalidade das sanções e a proteção de direitos fundamentais, como o direito à privacidade e à não autoincriminação. Através da análise de jurisprudências e doutrina, o estudo busca esclarecer os limites e as implicações legais do uso do bafômetro no contexto da segurança viária.

Palavras-chave: Lei Seca; Direitos Constitucionais; Não Autoincriminação.

DO CAMPO À JUSTIÇA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS NA AGRICULTURA

Livia Azevedo Oliveira; Ana Luiza da Rocha Lima

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: A concessão de benefícios previdenciários constitui um dos pilares fundamentais da proteção social em países com economias agrícolas significativas. Contudo, a comprovação da atividade rural, ato necessário para a obtenção do benefício, tem sido historicamente marcada por desafios substanciais. Esse aspecto representa uma preocupação premente tanto para os indivíduos que dependem desses benefícios quanto para os órgãos governamentais encarregados de sua gestão e regulamentação. Dessa forma, a pesquisa analisou qual o tratamento do Judiciário em relação à população rural na esfera previdenciária, além de analisar como o sistema promove a igualdade em uma esfera que é intrinsecamente desigual. Analisou-se, ainda, os obstáculos enfrentados por essa classe no que diz respeito à comprovação de suas atividades, trazendo um estudo de caso concreto. Neste caso real, um agricultor pleiteou a concessão de sua aposentadoria rural, a qual inicialmente foi negada em via administrativa e judicial. Posteriormente, seu exercício rural foi reconhecido em ambas as instâncias. Esta pesquisa aborda os fundamentos legais, jurisprudenciais e doutrinários que norteiam essa análise, assim como identifica as principais dificuldades enfrentadas pelos litigantes. Concluiu-se que, a natureza informal do trabalho agrícola, somada à falta de informação sobre a realização do procedimento adequado na busca da comprovação da atividade rural, resulta na ausência de registros palpáveis referentes ao labor realizado.

Palavras-chave: Atividade Rural; Previdência Social; Judiciário.

PARIDADE SALARIAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE DIFERENCIADAÇÃO DE GÊNERO NO DIREITO DO TRABALHO

Luciano Laport da Costa; Maria Fernanda Ricci

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: Este trabalho analisa a paridade salarial de gênero no Brasil, focando nas discrepâncias no âmbito do Direito do Trabalho. A pesquisa revisa a legislação vigente, como a Constituição Federal e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que garantem a igualdade de salários entre homens e mulheres. Contudo, a persistência da desigualdade salarial indica que essas normas muitas vezes não são aplicadas de forma eficaz. São discutidas as principais causas da disparidade, como a segregação ocupacional, a jornada dupla de trabalho não remunerado e a discriminação de gênero, além de uma análise da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) em casos de equiparação salarial. Este estudo conclui que, embora a legislação seja robusta, a aplicação prática ainda encontra obstáculos, exigindo um maior comprometimento das empresas e do judiciário.

Palavras-chave: Paridade Salarial; Discriminação de Gênero; Direito do Trabalho.

PEJOTIZAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO DOS SERVIÇOS LOGÍSTICOS NA REGIÃO CENTRO SUL FLUMINENSE: DESAFIOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS

Luis Cláudio Onofre Junior; Ana Luiza da Rocha Lima

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: O foco desta pesquisa é destacar quanto aos problemas que envolvem esse modelo de contratação e quais as principais consequências na esfera trabalhista e previdenciária. Analisaremos os impactos da pejotização no setor logístico, abordando de forma explicativa esse modelo de contratação, demonstrando quais os impactos no setor trabalhista, havendo reflexos na esfera da responsabilidade cível e previdenciária, além da fraude quanto à caracterização do modelo em aplicação prática. A região em análise será a Região Centro Sul Fluminense no Estado do Rio de Janeiro, havendo menores populações per capita, a fim de subsidiar informações acerca do tópico, um *survey* anônimo pautará os dados compilados demonstrando na prática os direitos trabalhistas suprimidos, visando demonstrar quais garantias constitucionais serão mitigadas e quais os impactos serão sofridos pelos empregados. Outrossim, abordaremos as consequências no mercado concorrencial mediante a fraude empregatícia gerando uma concorrência desleal e os impactos tributários que deveriam ser recolhidos ao Estado, culminando num déficit a longo prazo. Debateremos a diferenciação dos estatutos entre a permissividade da terceirização abarcada pelas Leis 13.429/2017 e 13.467/2017 em contraste à prática da pejotização e quais as tomadas de decisão estão sendo pautadas pelos tribunais superiores em frente à temática em voga.

Palavras-chave: Pejotização; Terceirização; Fraude; Direitos Trabalhistas e Direitos Previdenciários.

OS PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL NA PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Maicon Juliano da Silva Costa; Gustavo Abranches

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: Este trabalho analisa os princípios do Direito Ambiental na proteção dos recursos naturais, com foco em como esses princípios podem ser aplicados para promover a sustentabilidade. A pesquisa explora os desafios enfrentados na implementação desses princípios no Brasil, como a falta de fiscalização, a influência de interesses econômicos e a fragmentação das políticas públicas. Também são apresentadas propostas para o fortalecimento da proteção ambiental, incluindo o uso de incentivos fiscais, a integração com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e o fortalecimento da educação e participação ambiental.

Palavras-chave: Direito Ambiental; Princípios; Sustentabilidade; Recursos Naturais; Políticas Públicas.

ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL: SITUAÇÃO DO CÁRCERE FEMININO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Maria Elisa Miguel Elias Siqueira da Cruz; Filipe da Silva Pinheiro

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: O presente Trabalho de Conclusão de Curso analisa as violações de direitos humanos no sistema prisional brasileiro, com foco nas mulheres encarceradas. Destacam-se os desafios enfrentados, como a superlotação, a violência física e sexual, a falta de condições dignas de encarceramento e o acesso precário a cuidados de saúde. Além disso, aborda a separação das presas de suas famílias e os impactos psicológicos resultantes. O estudo revisa a legislação nacional, como a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), que, apesar de prever condições adequadas, enfrenta falhas na implementação. Também menciona convenções internacionais, como a Convenção Americana sobre Direitos Humanos e as Regras de Mandela. Um ponto central é a ADPF 347, que questiona a constitucionalidade da superlotação carcerária e suas consequências para a dignidade humana. A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica abrangente, incluindo estudos, legislações, relatórios e políticas públicas relacionadas aos direitos humanos e à proteção das mulheres no sistema prisional brasileiro. Documentos jurídicos e tratados internacionais foram analisados para fundamentar a pesquisa. A abordagem qualitativa descritiva investigou o contexto do sistema prisional no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, e comparou com práticas de outros países, visando identificar soluções e melhorias. Por fim, o trabalho sugere a criação de políticas públicas, capacitação dos agentes penitenciários e outras soluções provisórias como caminhos para melhorar as condições das mulheres encarceradas no Brasil, destacando a necessidade de garantir a efetividade dos direitos humanos no sistema prisional.

Palavras-chave: Mulheres Encarceradas; Dignidade da Pessoa Humana; Legislações.

FEMINICÍDIO NO BRASIL: OS DESAFIOS E LIMITAÇÕES JURÍDICAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA PREVENÇÃO E COMBATE AO CRIME DE GÊNERO

Maria Vitória Guerra da Silva; Anderson Rocha Rodrigues

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: O estudo sobre feminicídio no Brasil revela que, apesar dos avanços legislativos com a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, as taxas de feminicídio permanecem alarmantes, colocando o país entre os que apresentam os maiores índices desse crime. A Lei Maria da Penha introduziu medidas protetivas e penas mais severas, enquanto a Lei do Feminicídio qualificou o homicídio de mulheres por razões de gênero como crime hediondo. No entanto, a aplicação dessas leis enfrenta desafios, como falta de recursos, capacitação inadequada dos profissionais e fragilidade na articulação entre órgãos responsáveis. Além disso, a implementação das políticas públicas é desigual, exacerbando vulnerabilidades em regiões específicas. O estudo destaca a importância de reconhecer a interseccionalidade das opressões, uma vez que mulheres negras, indígenas, LGBTQIA+ e em situações de vulnerabilidade socioeconômica enfrentam múltiplas formas de discriminação. Conclui-se que, embora o arcabouço legal seja avançado, sua efetividade é comprometida por barreiras institucionais e culturais. Para reduzir os índices

de feminicídio, é fundamental fortalecer as políticas públicas, melhorar a coordenação entre órgãos e promover educação e mudança cultural. A pesquisa sugere uma abordagem integrada e inclusiva, enfatizando a importância de redes de apoio e campanhas educativas para garantir a segurança e dignidade de todas as mulheres.

Palavras-chave: Feminicídio; Políticas Públicas; Lei Maria da Penha; Violência de gênero.

CONTRATO DE ARRENDAMENTO: ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

Matheus Borges da Lessa Teixeira; Rodrigo de Freitas Ganhadeiro

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo demonstrar uma visão contemporânea do arrendamento rural, explicando sua inserção no Estatuto da Terra, como instrumento de fomento a ocupação do solo, a possibilitar seu uso por não proprietários, evitando a ociosidade da terra e levando entendimento quanto a exploração de prazos, renovações, uso da terra, prorrogações e cláusulas que o compõe. Para alcançar esses objetivos é preciso passar pelos seguintes objetivos específicos: Estabelecer flexibilidade na leitura doutrinária no que tange aos direitos no arrendamento rural; levar entendimento quanto a função social da propriedade; descrever os elementos/cláusulas mais comuns nos contratos de arrendamento rural; explicar o surgimento do conceito de arrendamento; conhecer a legislação e atividades de cunho rural. Em suma, os contratos de arrendamento no Brasil seguem normas e garantias estabelecidas com segurança jurídica tanto para arrendadores quanto para arrendatários. Diante disso, ambas as partes têm mais proteção e clareza quanto aos seus direitos e deveres, particularmente em contratos mais longos. Observou-se que o arrendamento tem mais significado no agronegócio, pois facilita que produtores de menor porte acessem terras produtivas, somando com a produtividade e com a expansão agrícola, bem como fomentar a inclusão no setor. Conclui-se que no contexto atual, o contrato de arrendamento também se alinha aos princípios de sustentabilidade.

Palavras-chave: Contrato; Arrendamento; Rural; Contemporâneo.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UMA COMPREENSÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA

Maurílio Costa Guerra; Anderson Rocha Rodrigues

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar à ineficácia das medidas protetivas de urgência estabelecidas pela Lei Maria da Penha. A evolução do papel da mulher na sociedade tem um impacto significativo nas dinâmicas familiares, contribuindo para o aumento dos casos de violência doméstica no Brasil. Diante do elevado número de reincidências entre agressores que já possuem medidas protetivas concedidas pela Lei 11.340/06, o estudo busca entender por que essas medidas que eram para ter eficácia não conseguem oferecer a proteção e tranquilidade esperadas para as mulheres vítimas de violência. Além disso, será destacado que a ineficácia das medidas protetivas sugere a necessidade de criação de um novo tipo penal que criminalize o descumprimento dessas ordens. O trabalho também examina o papel do Estado na proteção das mulheres afetadas por essa violência, considerando que cerca de 80% do texto da Lei Maria da Penha se dedica a políticas públicas voltadas para essa questão.

Palavras-chave: Medidas Protetivas de Urgência; Ineficácia; Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher; Lei Maria da Penha.

A INDEVIDA LIMITAÇÃO DO DIREITO DO AUTOR DA HERANÇA DE DISPOR DE SEU PATRIMÔNIO

Patrick Billet Duar de Moura; Rodrigo Biangolino Benício

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a necessidade de atualização do direito hereditário considerando a nova compreensão de família que emerge na sociedade contemporânea. O objetivo é a minoração do quantum da legítima, visando ainda a proteção familiar e a segurança hereditária, buscando a última vontade do testador e também resguardando os direitos dos herdeiros necessários, enquanto demonstrado como o direito sucessório permanece de forma engessada se comparado ao avanço de outras matérias de direito. A pesquisa foi realizada por meio da análise de obras e artigos de juristas brasileiros, como Mário Luiz Delgado; Zeno Veloso; Flávia Moreira Guimarães Pessoa; Paulo Lôbo; Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka; e, Flávio Tartuce.

Palavras-chave: Aumento da Parte Disponível; Segurança Hereditária; Autonomia Privada do Testador; Direito Sucessório.

MAIORIDADE PENAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE REDUÇÃO DE IDADE E SUA EFETIVIDADE

Pedro Henrique Oliveira de Lima; Anderson Rocha

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: A pesquisa examina a redução da maioridade penal no Brasil, analisando propostas de modificação constitucional e sua efetividade no combate à criminalidade juvenil. Apesar de a Constituição de 1988 proteger a inimputabilidade penal para menores de 18 anos como cláusula pétreia, a alta criminalidade juvenil levanta debates sobre a necessidade de alteração desse dispositivo. O estudo é dividido em três partes: o primeiro avalia os impactos da possível aprovação da PEC sobre o direito penal emergencial; o segundo explora o sistema punitivo do ECA, incluindo as medidas socioeducativas e a internação de jovens infratores; o terceiro discute os posicionamentos doutrinários e políticos sobre a redução da maioridade penal e os impactos na ressocialização de jovens infratores. A pesquisa qualitativa, que utiliza uma abordagem multidisciplinar, conclui que a redução da maioridade penal pode ser contraproducente, expondo adolescentes a ambientes carcerários hostis e prejudicando seu desenvolvimento social. Doutrinadores argumentam que políticas socioeducativas focadas na educação, reabilitação e reintegração social são mais eficazes para reduzir a reincidência e a criminalidade juvenil, alinhando-se a resoluções como a nº 225 do CNJ. Dados revelam que muitos desses jovens provêm de ambientes desfavorecidos, com histórico de evasão escolar e envolvimento com substâncias psicoativas.

Palavras-chaves: Maioridade Penal; Sistema Punitivo; Ressocialização.

DESAFIOS E OBSTÁCULOS NA EFETIVAÇÃO DA APOSENTADORIA RURAL: UMA ANÁLISE NO MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES/RJ

Rafaela da Costa França; Ana Luiza da Rocha Lima

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo investigar e descrever as barreiras enfrentadas pelos trabalhadores rurais de Paty do Alferes no processo de efetivação do seu direito à aposentadoria rural, tendo em vista que, apesar dos avanços significativos na legislação previdenciária nos últimos anos em termos de assistência ao trabalhador rural, ainda existem dificuldades para que esse grupo consiga concretizar seu direito. Para tanto, é necessário descrever a história do reconhecimento dos direitos da população rural, mapear as principais dificuldades que esses trabalhadores enfrentam no acesso à aposentadoria e examinar a percepção da comunidade rural de Paty do Alferes em relação ao acesso à aposentadoria e às barreiras que encontraram ou ainda encontram, o que impõe a constatação de que os trabalhadores rurais enfrentam diversos obstáculos, principalmente devido à falta de documentação adequada, o desconhecimento sobre o processo de aposentadoria, à informalidade do trabalho e à baixa escolaridade. Bem como, embora tenham ocorrido melhorias na legislação, houve um endurecimento nas normas e nos procedimentos de análise dos pedidos de aposentadoria, especialmente para o segurado especial rural. Essa situação tem comprometido a eficácia do direito fundamental à previdência social, gerando impactos significativos na vida dos trabalhadores rurais. Então, foram entrevistados seis trabalhadores rurais, o que, embora represente uma amostragem limitada, oferece indícios valiosos sobre a realidade vivida por esses trabalhadores.

Palavras-chave: Aposentadoria Rural; Segurado Especial; Paty do Alferes.

DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DE CRÉDITOS DA FAZENDA PÚBLICA: PROTESTO DE CERTIDÃO DA DÍVIDA ATIVA

Ricardo Pires Trindade; Rodrigo Biangolino Benício

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: A recuperação de créditos pela Fazenda Pública é de extrema importância para garantir ao Estado a manutenção dos recursos necessários para aplicação em políticas públicas, e processo de desjudicialização das cobranças tem se mostrado efetivo, poupando tempo e recursos à administração enquanto reduz o acervo judicial. Este estudo teórico buscou analisar a desjudicialização da execução de créditos da Fazenda Pública, com foco no protesto de Certidões de Dívida Ativa (CDA) como mecanismo eficiente de recuperação de receitas municipais. A desjudicialização, permitida pela Lei nº 9.492/1997, possibilita a cobrança extrajudicial de dívidas, reduzindo o volume de processos judiciais e os custos operacionais da administração pública. Através de um estudo comparativo com práticas internacionais e de casos reais em cidades brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, são evidenciados os benefícios financeiros e administrativos do protesto de CDAs.

Palavras-chave: Desjudicialização; Cobrança Extrajudicial; Dívida Ativa; Protesto de Certidões da Dívida Ativa; Administração Tributária.

A REGULAMENTAÇÃO DO MARKETING DIGITAL NA ADVOCACIA: ASPECTOS ÉTICOS DO PROVIMENTO 205/2021 DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Thainá da Silva Batalha; Filipe Pinheiro

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: Este artigo analisa a responsabilidade ética dos advogados que se posicionam como influenciadores digitais, explorando os impactos do marketing jurídico após a implementação do Provimento n. 205/2021 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB). Para isso, o estudo examina a ética na advocacia, detalha as diretrizes do Provimento, identifica possibilidades e restrições do marketing jurídico digital e evidencia seus aspectos positivos. Contextualiza-se historicamente a evolução do marketing jurídico no Brasil, das restrições iniciais do Código de Ética e Disciplina (CEDOAB) às mudanças recentes impulsionadas pela digitalização. A análise compara normativas anteriores, como o Provimento n. 94/2000, e as diretrizes inovadoras do Provimento n. 205/2021, que, em resposta à expansão das redes sociais durante a pandemia de COVID-19, permitiu o marketing digital e anúncios pagos, respeitando os princípios éticos e prevenindo a mercantilização. Entre as inovações estão os conceitos de publicidade ativa e passiva e a criação do Comitê Regulador do Marketing Jurídico, que visa a contínua adaptação das normas. Conclui-se que o Provimento n. 205/2021 promove a modernização da advocacia, preservando valores éticos que beneficiam tanto os advogados quanto a sociedade.

Palavras-chave: Marketing Jurídico; Provimento n. 205/2021 Do CFOAB; Código de Ética e Disciplina da OAB; Publicidade Jurídica.



FACULDADE DE
MIGUEL
PEREIRA